

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
MBA EM ADMINISTRAÇÃO DE TI & COMUNICAÇÃO

MOEMA FORTES TRINDADE

DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS:
Um estudo de caso sobre o Portal da Transparência do RS

PORTO ALEGRE
2011

Moema Fortes Trindade

DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS:

Um estudo de caso sobre o Portal da Transparência do RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração de T.I e Comunicação, pelo MBA em ATI, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof^ª. Karen Gross
Lopes

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, em especial minha mãe Celestina Fortes Trindade e ao meu irmão Guilherme Henrique Fortes Trindade pelo apoio, carinho e constante incentivo á busca do conhecimento.

Agradeço a minha orientadora, Professora Karen Gross Lopes, por me mostrar novos horizontes dentro da Tecnologia da Informação e, principalmente, pelo apoio e paciência nos momentos críticos, os quais foram muito importantes para minimizar minha insegurança e fundamentais para a realização deste projeto.

RESUMO

Este trabalho de conclusão tem por finalidade a sugestão de melhorias para o portal gaúcho de transparência, de modo a atender a legislação vigente e fomentar o Controle Social. A implementação de melhorias no portal passa pela aplicação das melhores práticas de Dados Abertos bem como, pelo entendimento da metodologia criada para avaliar a transparência dos portais de governo no Brasil: o Índice de Transparência.

O trabalho culmina em uma análise detalhada dos relatórios que serviram de base para a classificação dos portais no *ranking* e com sugestões de ações que devem ser implementadas junto ao portal, para que o mesmo possa vir a ser referência em transparência em nosso país, beneficiando governo e sociedade.

Palavras-chave: Dados Abertos. Controle Social. Transparência de Dados. Índice de Transparência.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Escopo do Estudo	19
FIGURA 2 – Página Inicial Portal do Reino Unido	25
FIGURA 3 – Página de Sugestões Portal do Reino Unido	26
FIGURA 4 - Página Inicial Portal dos Estados Unidos	27
FIGURA 5 – Índice de Aplicativos	27
FIGURA 6 – Gastos com contratos e compras	28
FIGURA 7 – Desempenho do Investimento em TI	28
FIGURA 8 - Página Inicial Portal Países Baixos	29
FIGURA 9 – Gastos com Educação (Países Baixos)	30
FIGURA 10 - Página Inicial Portal do Executivos Federal	31
FIGURA 11 – Página Inicial Portal Governo Aberto SP	32
FIGURA 12 – Pesquisas Investimentos Anunciados	33
FIGURA 13 - Política de uso Portal Governo Aberto SP	33
FIGURA 14 – Página Inicial Portal Transparência RS	34
FIGURA 15 – Tipos de Receitas	35
FIGURA 16 – Escolha do tipo de Receita	35
FIGURA 17 - Escolha do Órgão	36
FIGURA 18 – Seleção do Órgão	36
FIGURA 19 – Total Arrecadado – ICMS	37
FIGURA 20 - Total Arrecadado - ICMS	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Municípios enquadrados na LC 131	13
TABELA 2 – Ranking nível de transparência dos portais no Brasil	18
TABELA 3 - Pontuação Alcançada pelo Portal Federa	46
TABELA 4 - Tabela Comparativa Ranking Transparência	46
TABELA 5 - Tabela Análise Comparativa dos Relatórios	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Ranking índice de Transparência

47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.1.1 O CONTROLE SOCIAL	14
1.1.2 GOVERNO ABERTO E TRANSPARÊNCIA	15
1.1.3 O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	17
1.2 O PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.3 OBJETIVOS	19
1.3.1 OBJETIVO GERAL	19
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
1.4 JUSTIFICATIVA	20
2. DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS	22
2.1 DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS NO MUNDO	24
2.1.1 REINO UNIDO	24
2.1.2 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	26
2.1.3 PAÍSES BAIXOS	29
2.2 DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL	30
2.2.1 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA FEDERAL	30
2.2.2 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	31
2.2.3 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	34
3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	38
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	38
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE AMOSTRA	38
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	39
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	40
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA DO RANKING DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	41
4.1.2 PARÂMETROS DE TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	42
4.1.3 CÁLCULO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	44
4.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL	45
4.3 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	48
4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	50
4.4.1 AÇÕES IMEDIATAS	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	53
5.2 PESQUISAS FUTURAS	54
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	56
<u>ANEXO A – ENTREVISTA COM SR. EDEMAR CASTAMAN</u>	58

1 INTRODUÇÃO

Alguma vez você já verificou quanto o governo do seu estado investe em educação e saúde? Para onde vão os impostos arrecadados?

Você sabe o que são “Dados Abertos” e qual a relação deles com o “Controle Social”?

E o *Ranking* de Transparência? Você o conhece?

Este trabalho é o resultado do estudo de caso do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul e como melhorar a posição do mesmo no Ranking Nacional de Transparência.

São abordados, no início deste trabalho, os conceitos e definições sobre o Controle Social e os chamados Dados Abertos Governamentais. Em seguida, são analisados portais bem sucedidos que adotam na íntegra o conceito de dados abertos, onde estão disponibilizadas para a sociedade, as informações da Administração Pública para a criação de ferramentas ou o controle social efetivo.

Depois dessa abordagem em nível mundial, foram analisados os portais brasileiros, quanto à forma e o nível de adequação aos conceitos dos dados abertos.

A metodologia criada pela ONG Contas Abertas para avaliar o nível de transparência dos portais de governo no Brasil é o ponto de partida para avaliação de quais ações o portal gaúcho pode adotar, a fim de levá-lo à condição de excelência na transparência de dados.

A Transparência em nosso país não depende apenas da criação e aplicação de leis; passa, obrigatoriamente, pelos recursos que a Tecnologia da Informação pode oferecer, e também, pela melhor forma que estas ferramentas podem ser aplicadas e utilizadas.

Foram encaminhadas ao final do trabalho, sugestões que se aplicadas, podem aproximar o portal gaúcho do ideal de transparência divulgado pelas instituições da sociedade civil organizada que balizam as melhores práticas na transparência das contas públicas através da disponibilização de dados abertos.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Agilizar e modernizar o Estado tem sido a pauta da agenda política de diversos países.

Prof. Marcelo Figueiredo

A divulgação das ações do governo, bem como as informações a cerca dos resultados alcançados ou não, deveriam estar ao alcance de qualquer pessoa.

Questões como, por exemplo, a origem das receitas, o destino de verbas, orçamentos, principais ações do governo, enfim, qualquer informação que seja do interesse ou que possa impactar diretamente a sociedade, deveria ser de conhecimento do público, de uma maneira muito clara.

A Lei Complementar Nº 101, de 04/05/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, informa que as finanças públicas devem ser apresentadas diante dos Tribunais de Contas - da União, Estado ou Município – e este aprova ou não estas finanças. Se ocorrer a não aprovação das informações entregues, uma investigação é instaurada em relação ao Poder Executivo em questão, podendo resultar em multas ou mesmo na proibição de tentar disputar novas eleições.

Conforme afirma Marcelo Figueiredo (Revista Diálogo Jurídico, vol. 9 de Dezembro de 2001):

*A Lei Complementar nº 101(...), tem amparo legal no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal. Está dividida em dez capítulos e possuindo setenta e cinco artigos, podendo ser classificada com um lei extensa. Esta lei vem mudar a história da administração pública no Brasil. Através deste instrumento legal todos os governantes passarão a obedecer a normas e limites para administrar as finanças, prestando contas sobre *quanto e como gastam os recursos públicos*. O objetivo desta lei é *melhorar a administração pública, através da busca de melhor qualidade da gestão fiscal e o equilíbrio das finanças públicas, além de assegurar a estabilidade**

e a retomada do desenvolvimento sustentável do país. O maior beneficiário desta Lei é o contribuinte/cidadão, que passa a contar com a transparência na administração e a garantia de boa aplicação das contribuições pagas.

Além da Lei Complementar nº 101, também é necessário mencionar outra lei, a Lei Complementar 131 publicada em 27/05/2009, a Lei da Transparência. Essa lei alterou o artigo nº 48 da Lei Complementar 101, determinando que os municípios brasileiros divulguem suas contas públicas em tempo real pela internet. No dia 27/05/2011, encerrou-se o prazo para que municípios que tenham de 50 a 100 mil habitantes divulgassem os seus dados nos portais de transparência.

De acordo com a confederação Nacional de Municípios, até o dia 26/05/2011, 68% dos municípios que se enquadram na faixa populacional acima, tinham portais de transparência finalizados ou em fase de conclusão.

Tabela-1: Municípios enquadrados na Lei Complementar 131

Confederação Nacional de Municípios - CNM							
Possui portal da transparência e cumprirá o prazo?							
UF	Não	Sim	Sem Contato	Total	% Não	% Sim	% Sem contato
AC		1		1	0,0%	100,0%	0,0%
AL	3	3	1	7	42,9%	42,9%	14,3%
AM	2	4		6	33,3%	66,7%	0,0%
BA	7	18	2	27	25,9%	66,7%	7,4%
CE	3	21	1	25	12,0%	84,0%	4,0%
ES	1	1		2	50,0%	50,0%	0,0%
GO		10	1	11	0,0%	90,9%	9,1%
MA	8	6		14	57,1%	42,9%	0,0%
MG	9	25	3	37	24,3%	67,6%	8,1%
MS		1		1	0,0%	100,0%	0,0%
MT		5		5	0,0%	100,0%	0,0%
PA	11	13	5	29	37,9%	44,8%	17,2%
PB	3	3		6	50,0%	50,0%	0,0%
PE	9	8	6	23	39,1%	34,8%	26,1%
PI	1	1	1	3	33,3%	33,3%	33,3%
PR	1	13		14	7,1%	92,9%	0,0%
RJ	2	5	4	11	18,2%	45,5%	36,4%
RN	3	2		5	60,0%	40,0%	0,0%
RO	1	4		5	20,0%	80,0%	0,0%
RS	2	21	1	24	8,3%	87,5%	4,2%
SC	1	14		15	6,7%	93,3%	0,0%
SE		4		4	0,0%	100,0%	0,0%
SP	11	37		48	22,9%	77,1%	0,0%
TO	1			1	100,0%	0,0%	0,0%
Total	79	220	25	324	24,4%	67,9%	7,7%

Fonte: www.cnm.org.br

Em dezembro do ano de 2010, é publicada no Estado do Rio Grande do Sul, a Lei 13.596, que consolida a criação do Portal de Transparência, um sítio eletrônico que se propõe a divulgar os dados relativos à administração pública estadual por meio

da internet. Conforme a própria lei, o portal deve “*promover e incrementar a transparência da gestão pública e permitir ao cidadão o exercício do controle social*”.

Embora fosse natural entender que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fizessem a prestação de contas perante toda a sociedade, foi necessária a criação das referidas leis para que tais informações fossem divulgadas. No momento em que foi estabelecida a obrigatoriedade da prestação de contas, nasceu uma nova demanda: a necessidade de manipulação dos dados apresentados, de uma maneira fácil e rápida, de modo a se chegar a um entendimento particular dos investimentos (e também da arrecadação) dos entes públicos.

No momento em que há a compreensão dos investimentos realizados pelo governo, de qualquer dos entes federados, nasce o conceito de “Controle Social” das contas públicas.

1.1.1 O Controle Social

De acordo com José dos Santos e Carvalho Filho, “*Controle Social é a descentralização do Estado motivando grupos de pessoas a solucionar problemas sociais, tendo este amparo legal e constitucional, ou seja, é a participação social na gestão pública*”.

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, “*(...) as idéias de participação e controle social estão intimamente relacionadas: por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação.*”

Ainda de acordo com o mesmo Portal, “*o controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem*

estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.”.

Do entendimento doutrinário e oficial divulgado, se conclui que o acesso universal aos dados de que trata a Lei Complementar 101/2000 é a fonte geradora de uma participação popular efetiva na gestão pública, porquanto, o processo de cognição exige que se parta de pressupostos gerais para um em particular.

1.1.2 Governo Aberto e Transparência

A internet tem mudado gradativamente a forma de se viver em sociedade ao proporcionar, entre outras coisas, novas formas de interação entre as pessoas, o que permite inovar também a relação dos cidadãos com os governos. Para que isso ocorra em plenitude, há que se criar uma nova postura governamental no trato da informação pública que deve ser fundamentada na transparência e participação.

Vasco Furtado

María Isabel Mejía Jaramillo, gerente geral do programa “Gobierno en Línea”, da Colômbia, diz que a principal característica do Governo Aberto *“é que todos os atores (as universidades, as ONGs, as empresas, o cidadão, a sociedade e o próprio Estado) estão ativamente envolvidos na construção e evolução do estado, aproveitando todos os progressos da TIC e as ferramentas que ela oferece”.*

O Governo Aberto visa a aumentar a confiança e reduzir a distância entre governos e os cidadãos através do aumento da transparência, da colaboração entre governos, comunidades, empresas, partidos políticos, instituições de ensino e da participação das pessoas no desenvolvimento de normas e políticas.

No momento, está tramitando no Congresso Nacional, o projeto de lei nº 41/2010 – conhecido como Lei Geral de Acesso à Informação, que regulamenta o

acesso às informações públicas, garantido pela Constituição Brasileira, fazendo com que os órgãos públicos tratem a publicidade das informações uma regra e o sigilo das mesmas uma exceção.

A divulgação de informações de interesse público ganha procedimentos para facilitar e agilizar o acesso por qualquer pessoa, inclusive com o uso da tecnologia da informação, e para fomentar o desenvolvimento de uma cultura de transparência e controle social na administração pública.

Com esta lei aprovada, todos os órgãos públicos de todos os Poderes de todas as unidades da federação devem por força de lei, divulgar suas informações:

- Criando um serviço de informações ao cidadão em local com condições apropriadas para atender e orientar o público, informar sobre a tramitação de documentos e protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.
- Incentivando a participação popular, através de audiências e consultas públicas.

Conforme o portal *Informação é um Direito* (2011), a internet se torna um meio privilegiado de divulgação de informações. As páginas eletrônicas dos órgãos devem oferecer linguagem e ferramenta fáceis e claras para leigos, mas também oferecer facilidades para aqueles que manipulam dados de forma mais complexa. A informação deve estar em formatos eletrônicos diversos, possibilitando o acesso automatizado por máquinas, e atualizada. Apenas municípios com menos de 10 mil habitantes estão dispensados da divulgação na internet .

Criado através do Decreto Federal Nº 4.923 em 18 de dezembro de 2003, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção promove a criação de mecanismos que, de acordo com o portal da Controladoria-Geral da União *“garantem a transparência, ampliando o acesso do cidadão às informações públicas, efetuando um importante passo na direção de maior transparência e publicidade dos atos da Administração Pública Federal”*

A transparência no Governo Aberto, em nosso país, se dá por meio da divulgação das contas públicas e do controle social. Normalmente a apresentação das contas é feita em formato fechado, ou seja, na forma de relatórios prontos, como por exemplo, os balanços de um determinado período e os demonstrativos de resultados.

Por esse motivo, a adoção do conceito de Dados Governamentais Abertos na íntegra pode ser considerada uma peça fundamental para o alcance da transparência pública no Brasil.

1.1.3 O Índice de Transparência

A Associação Contas Abertas é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne pessoas físicas e jurídicas, lideranças sociais, empresários, estudantes, jornalistas, bem como quaisquer interessados em conhecer e contribuir para o aprimoramento do dispêndio público, notadamente quanto à qualidade, à prioridade e à legalidade.

Criado pela Associação Contas Abertas e por um grupo de especialistas em contas públicas, o Índice de Transparência é um movimento da sociedade civil organizada que visa estimular o aprimoramento das informações prestadas à sociedade pelos governos.

O Índice de Transparência está baseado em parâmetros definidos por um comitê formado por professores, técnicos e jornalistas. De acordo com Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, *“a lei obriga a publicação, mas isso não significa necessariamente transparência (...). Queremos saber se as informações disponíveis permitem, de fato, o acompanhamento das contas públicas por parte da sociedade”*.

Em consulta ao site www.indicedetransparencia.org.br no dia 15/06/2011, constatou-se que o Portal de Transparência do Rio Grande do Sul está na quarta colocação do ranking nacional, considerando neste ranking o portal federal:

Tabela-2 Ranking Nível de Transparência dos Portais de Governo do Brasil

	Ranking Geral	Análise	UF	Nota
1º	EXECUTIVO FEDERAL	Análise	BR	7.56
2º	SÃO PAULO (ESTADO)	Análise	SP	6.96
3º	PERNAMBUCO (ESTADO)	Análise	PE	6.91
4º	RIO GRANDE DO SUL (ESTADO)	Análise	RS	6.29
5º	PARANÁ (ESTADO)	Análise	PR	6.07
6º	MINAS GERAIS (ESTADO)	Análise	MG	5.60
7º	SANTA CATARINA (ESTADO)	Análise	SC	5.56
8º	RONDÔNIA (ESTADO)	Análise	RO	5.38
9º	ESPÍRITO SANTO (ESTADO)	Análise	ES	5.36
10º	AMAZONAS (ESTADO)	Análise	AM	5.24
	MARANHÃO (ESTADO)	Análise	MA	5.24
11º	ALAGOAS (ESTADO)	Análise	AL	5.20
12º	GOIÁS (ESTADO)	Análise	GO	5.16
13º	RIO DE JANEIRO (ESTADO)	Análise	RJ	5.09
14º	PARAÍBA (ESTADO)	Análise	PB	5.07
15º	DISTRITO FEDERAL	Análise	DF	4.80
16º	PARÁ (ESTADO)	Análise	PA	4.65
17º	TOCANTINS (ESTADO)	Análise	TO	4.62
18º	MATO GROSSO DO SUL (ESTADO)	Análise	MS	4.44
19º	SERGIPE (ESTADO)	Análise	SE	4.33
20º	CEARÁ (ESTADO)	Análise	CE	4.18
21º	MATO GROSSO (ESTADO)	Análise	MT	3.93
22º	AMAPÁ (ESTADO)	Análise	AP	3.85
23º	ACRE (ESTADO)	Análise	AC	3.82
	BAHIA (ESTADO)	Análise	BA	3.82
	RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO)	Análise	RN	3.82
24º	RORAIMA (ESTADO)	Análise	RR	3.31
25º	PIAUÍ (ESTADO)	Análise	PI	3.04

Fonte: www.indicedetransparencia.org.br

1.2 O PROBLEMA DE PESQUISA

Diante das informações e dados apresentados até o momento, podemos então definir qual o objeto de pesquisa deste estudo de caso: como melhorar a colocação do Portal de Transparência do RS no ranking nacional?

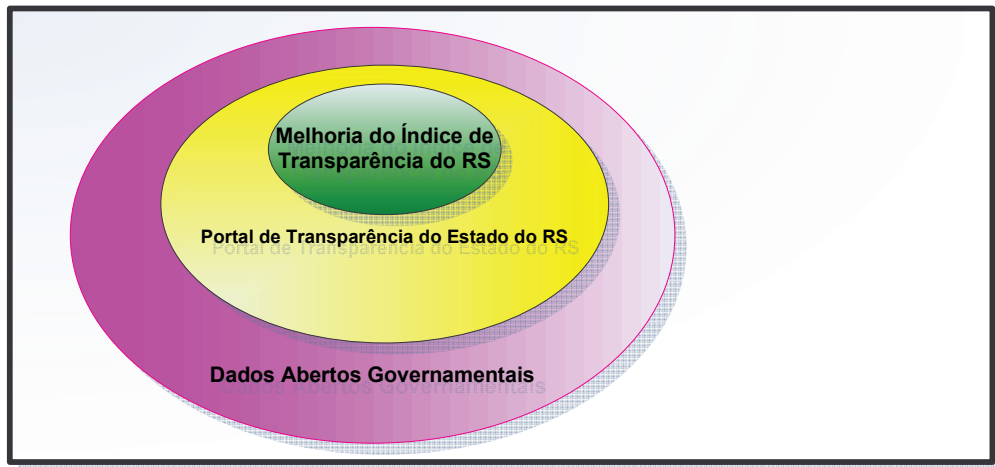


Figura 1 - Escopo do Estudo de Caso

1.3 OBJETIVOS

De acordo com o autor José Luiz de Paiva Bello, em Metodologia Científica (Rio de Janeiro, 2004), a definição dos objetivos determina o que o pesquisador quer atingir com a realização do trabalho de pesquisa. Objetivo é sinônimo de meta, fim.

1.3.1 Objetivo Geral

Melhorar a posição do Portal de Transparência do RS no *ranking* do índice de Transparência, atualmente no quarto lugar, através da adoção das melhores práticas

dos Dados Governamentais Abertos e atendendo também, a metodologia do *Ranking* de Transparência.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar a situação atual das informações disponibilizadas no Portal de Transparência do Estado do RS;
- Analisar os relatórios de desempenho dos portais de governo do país, traçando um comparativo e analisar as informações disponibilizadas em outros portais de governo, e;
- Sugerir ações a serem adotadas de modo a obter uma melhor qualificação no *ranking* criado pela ONG Contas Abertas, o *Ranking* da Transparência.

1.4 JUSTIFICATIVA

Reutilizar e integrar dados, propiciando vários pontos de vista e não apenas um.

W3C

O avanço da tecnologia, em especial a internet, bem como a quantidade cada vez maior de pessoas com acesso á esta ferramenta, fez com que a sociedade pudesse tomar conhecimento com mais rapidez sobre o resultado e impacto das ações dos governos; diante disso, deu-se início a um movimento que vêm crescendo em todos os países: a exigência da transparência e acessibilidade universal aos dados governamentais.

A possibilidade de unir as melhores práticas com a atendimento da legislação, fará com que a posição do Portal de Transparência do RS no ranking melhore, e isso é um bom indicador de que o governo está comprometido em prestar contas á sociedade.

A união das melhores práticas de dados abertos junto à prática das leis de Responsabilidade Fiscal e Transparência traz inúmeros benefícios para a sociedade, que pode passar a exercer um efetivo controle social sobre as ações do Governo.

Outro grande beneficiado com este estudo de caso é o próprio governo, que pode passar a ser um fornecedor de material e/ou produto para que a sociedade, além de gerar demandas, crie serviços necessários sob o ponto de vista do cidadão.

2. DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS

Primeiro, é necessário entender o que são “Dados Abertos Governamentais”. É importante o entendimento deste conceito, visto que estes dados devem estar disponíveis e o principal, serem manipulados por um número maior de pessoas, às quais em sua maioria não está ambientada com a linguagem técnica que encontramos dentro da área da tecnologia da informação.

O W3C é um consórcio internacional com cerca de 300 membros, que agrega empresas, órgãos governamentais e organizações independentes, e que visa desenvolver padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a *Web*.

De acordo com O W3C, Dados Abertos Governamentais “*são a publicação e disseminação das informações do setor público na WEB, compartilhadas em formato bruto e aberto, compreensíveis logicamente, de modo a permitir a sua reutilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade.*”

O *OpenGovData.org* é um grupo de estudos formados por profissionais da área da tecnologia da informação, criado no ano de 2007. Este grupo, visando estabelecer as melhores práticas no que tange aos Dados Governamentais Abertos, estabeleceu os oito princípios que devem ser observados quando estes dados forem disponibilizados.

Na concepção do grupo *OpenGovData.org*, os dados abertos devem ser:

1. **Completos.** *Todos os dados públicos estão disponíveis. Dado público é o dado que não está sujeito a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso.*

2. **Primários.** *Os dados são apresentados tais como os coletados na fonte, com o maior nível possível de granularidade e sem agregação ou modificação.*

3. **Atuais.** *Os dados são disponibilizados tão rapidamente quanto necessário à preservação do seu valor.*

4. **Acessíveis.** Os dados são disponibilizados para o maior alcance possível de usuários e para o maior conjunto possível de finalidades.

5. **Compreensíveis por máquinas.** Os dados são razoavelmente estruturados de modo a possibilitar processamento automatizado.

6. **Não discriminatórios.** Os dados são disponíveis para todos, sem exigência de requerimento ou cadastro.

7. **Não proprietários.** Os dados são disponíveis em formato sobre o qual nenhuma entidade detenha controle exclusivo.

8. **Livres de licenças.** Os dados não estão sujeitos a nenhuma restrição de direito autoral, patente, propriedade intelectual ou segredo industrial. Restrições sensatas relacionadas à privacidade, segurança e privilégios de acesso são permitidas.

David Eaves resume em seu artigo publicado em setembro de 2009, quais os três requisitos (os quais ele chamou de leis dos dados abertos) que um dado precisa apresentar para ser considerado “aberto”:

1. *Se o dado não pode ser encontrado e indexado na web, ele não existe.*

2. *Se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado.*

3. *Se algum dispositivo legal não permitir sua reaplicação, ele não é útil.*

Destaca por oportuno que entidades aqui citadas ao elencarem os requisitos que entendem serem necessários à concepção de *dados abertos governamentais* não se tratam de órgãos oficiais, mas sim, de entidades da sociedade civil organizada. Portanto, tais sugestões servem apenas como paradigmas que podem ser observados pelos responsáveis pelas informações financeiras a serem divulgadas para o domínio público.

2.1 DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS NO MUNDO

Com base nos princípios e conceitos citados anteriormente, alguns portais de governo no mundo já desenvolveram iniciativas no intuito de disponibilizar dados para que possam ser analisados ou manipulados de modo que, além do controle social, se possa também criar novos serviços, ferramentas ou aplicativos úteis para a sociedade.

Nesta parte do trabalho, trazemos alguns exemplos bem sucedidos de portais que aderiram à transparência de dados abertos na concepção já descrita neste trabalho.

2.1.1 Reino Unido

O portal data.gov.uk, considerado modelo para sistemas de dados governamentais abertos em todo o mundo, teve como responsável pelo seu desenvolvimento o professor Nigel Shadbolt, que em palestra no Brasil em maio de 2011, afirmou que a principal vantagem do uso de dados abertos em um governo é a transparência, o que pode até acabar revelando deficiências do Poder Público: *“Uma vez que tiver um governo corajoso para fazer isso, os governos futuros terão que manter o mesmo padrão. Acredito que é isso que queremos para uma sociedade democrática”*.

Abaixo, na figura-2, encontra-se a página inicial do portal britânico:

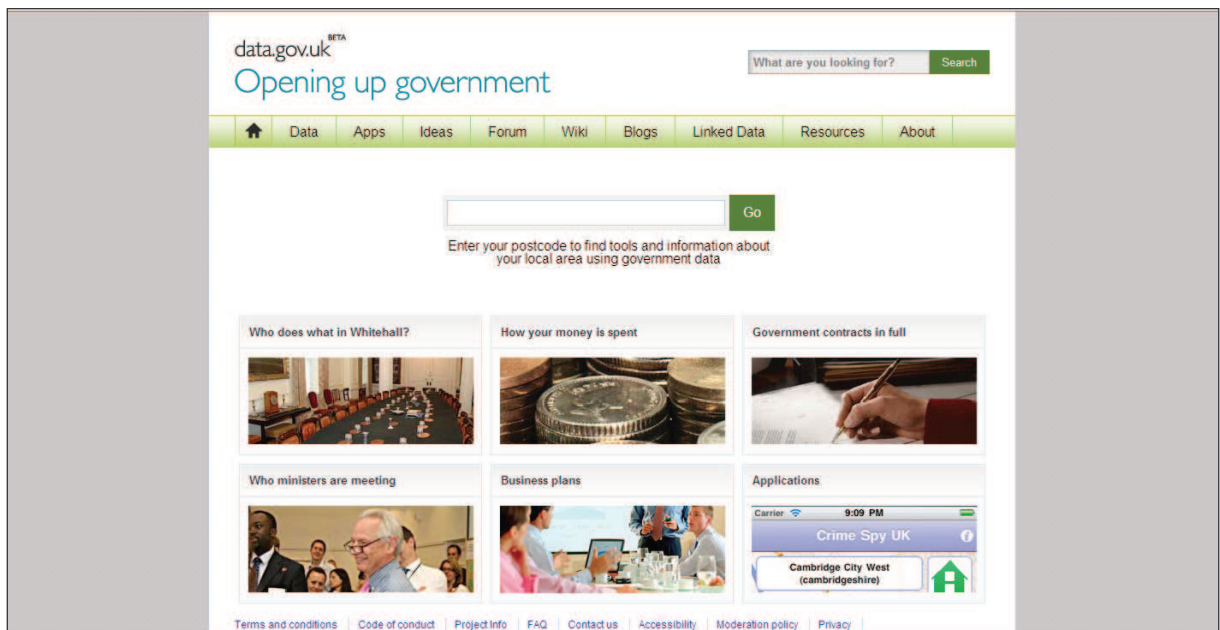


Figura-2: Página inicial do portal do Reino Unido
Fonte: www.data.gov.uk

O portal é de fácil interação, apresentando hoje, mais de 7.400 bancos de dados disponíveis. No portal também é possível encontrar os aplicativos (app's) criados, em sua maioria, por usuários. Observe que o portal instiga o usuário a utilizar os dados disponíveis para a criação de aplicativos que vêm de encontro às necessidades da população, conforme podemos observar na figura-3:

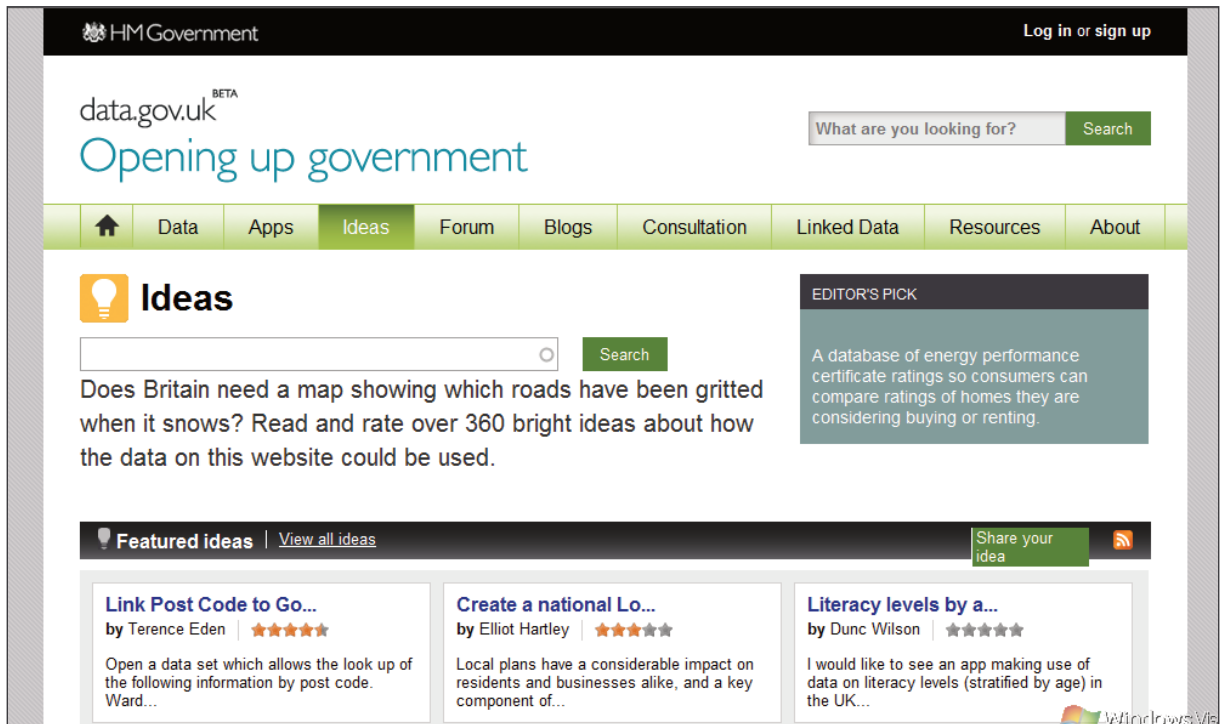


Figura 3 - Página de Sugestões de Usuários
Fonte: www.data.gov.uk

2.1.2 Estados Unidos da América

Em maio de 2009, foi lançado pelo governo americano, o site www.data.gov, com 47 conjuntos de dados. Dois anos depois, já contava com mais de 389.000 conjuntos de dados, contemplando todas as operações de governo, desde dados de saúde até segurança pública. Ao navegarmos pelo portal, podemos ver o mais variado tipo de informações que não somente as financeiras. Centenas de aplicativos foram criados por pessoas que, de posse das informações, puderam imaginar que utilidades ou melhorias poderiam ser oferecidas ao público a partir dos dados abertos.

Na figura-4, vemos a página inicial do portal americano e nas figuras 5 a 7 vemos exemplos de aplicativos que foram criados com base nos dados disponibilizados no portal:

The screenshot shows the Data.gov homepage. At the top, there is a navigation menu with links: HOME, DATA, APPS, COMMUNITY, METRICS, OPEN DATA SITES, GALLERY, and WHAT'S NEW. The main banner features the RADNET logo and text: "RadNet is a national network of monitoring stations that regularly collect air, precipitation, drinking water, and milk samples for analysis of radioactivity." To the right of the banner, there is a section titled "Earthquake and Tsunami Datasets and Information" with a list of links: "Worldwide M1+ Earthquakes, Past 7 Days", "RadNet Map Interface for Near-Real-Time Radiation Monitoring Data", "Search other related datasets", and "World Earthquake Interactive Map Demo". Below this is a search bar with the text "SEARCH OUR CATALOGS" and a "SEARCH" button. The bottom section is divided into three columns: "DATA AND APPS" (with a map icon and statistics: 389,730 raw and geospatial datasets, 1,019 government apps, 236 citizen-developed apps), "COMMUNITIES" (with a globe icon and text: "Come explore, discuss, meet others in the same field, and develop the data and apps in the community that you care about. Join in the discussions by joining to communities below that"), and "OPEN GOVERNMENT" (with an American flag icon and text: "Latest News: Japanese Earthquake and Radiation Data", "Real-time alerts and data related to the").

Figura-4 Página Inicial do Portal dos Estados Unidos
Fonte: www.data.gov

Abaixo, página do portal contendo a relação de aplicativos disponíveis:

The screenshot shows the "Government Apps" page on Data.gov. The page title is "Government Apps" and it includes a description: "Use the catalog below to access apps provided by the U.S. Federal Executive Branch. Types of apps available include widgets, gadgets, tools, and RSS feeds. Click on the name of an app to view additional metadata about it. By accessing these apps, you agree to the Data Policy. The Government Apps catalog provides hyperlinks which may lead to agency tools or agency web pages that allow you to mine datasets." There is a "Go back to the main data catalog." link and an "APPS" icon. The main content is a table titled "Browse Government Apps" with columns for Name, Popularity, and Type. The table lists several apps with their IDs, names, descriptions, and popularity counts.

ID	Name	Popularity	Type
25	DataFerrett : Population language, Financial Assets, number of live births, ... The DataFerrett tool is used to search American Community Survey Public Use Microdata, Current Population	2,134 views	✓
27	IT Dashboard - Federal IT Spending (all investments) Federal Government Finances and Employment technology, This feed provides updated data about every investment in the Federal IT Portfolio. The information includes	2,115 views	✓
28	USA Spending Contracts and Purchases Federal Government Finances and Employment Direct Loan, place of performance. Provides US Federal Spending by agency. The Contracts section allows searching for data relating to all	2,068 views	✓
29	All Hands Radio News National Security and Veterans Affairs military, video, soldier, news, pentagon, podcast, ... Audio podcast featuring two-minute recaps of current events related to the U.S. Navy and Marine Corps.	2,049 views	✓
30	Quick Stats Agriculture women operators, green onions, cucumbers, Temples. Quick Stats is the National Agricultural Statistics Service's online, self-service tool to access complete results	2,026 views	✓
31	VitalStats Births, Deaths, Marriages, and Divorces infant mortality, perinatal mortality, ... Interactive online tool for creating and manipulating tables based on birth and perinatal (fetal and infant death)	1,975 views	✓
32	2001 Small Area Health Insurance Estimates (SAHIE) Population small area, model, health insurance, uninsured The Census Bureau's Small Area Health Insurance Estimates (SAHIE) program produces estimates of health	1,962 views	✓
33	Cancer Incidence - Surveillance, Epidemiology, and End Results (SEER) Registries Limited-Use Health and Nutrition Lymphocytic Leukemia, Other Female Genital Organs, ...	1,954 views	✓

Figura-5: Índice de aplicativos do governo americano
Fonte: www.data.gov

A seguir, exemplos de aplicativos do portal americano:

An Official Web Site of the United States Government

DATA.GOV
EMPOWERING PEOPLE

HOME INTERACTIVE DATASETS RAW DATA APPS GEODATA COMMUNITY METRICS OPEN DATA SITES GALLERY WHAT'S NEW

USA Spending Contracts and Purchases
Provides US Federal Spending by Agency. The Contracts section allows searching for data relating to all Federal contracts. There are

This data extraction tool or application is available via the link to the right

Download
DATAEXTRACTION

Description
Provides US Federal Spending by agency. The Contracts section allows searching for data relating to all Federal contracts. There are three main categories of searches: by contractor, by location, and by contracting agency. The Purchase section allows users to view purchase cards spending of various federal agencies for each fiscal year. The data available on this website are extracted from the report published once every quarter on the GSA SmartPay website. The GSA SmartPay receives this data directly from the banks that issued the purchase cards.

Data.gov Program Management Office
created Feb 18, 2011
updated May 11, 2011

Activity

Community Rating	★★★★★
Your Rating	★★★★★
Raters	0
Visits	2099
Downloads	1772
Comments	0
Contributors	0

DATA.GOV

Home | About | FAQ | Contact Info | Data Policy | Accessibility | Privacy Policy | Sitemap

Figura-6 Gastos com contratos e compras no governo americano
Fonte: www.data.gov

An Official Web Site of the United States Government

DATA.GOV
EMPOWERING PEOPLE

HOME INTERACTIVE DATASETS RAW DATA APPS GEODATA COMMUNITY METRICS OPEN DATA SITES GALLERY WHAT'S NEW

IT Dashboard - Federal IT Investment Performance
The IT Dashboard provides the public with an online window into the details of Federal information technology investments and provides

This data extraction tool or application is available via the link to the right

Download
DATAEXTRACTION

Description
The IT Dashboard provides the public with an online window into the details of Federal information technology investments and provides users with the ability to track the progress of investments over time. The IT Dashboard displays data received from agency reports to the Office of Management and Budget (OMB), including general information on over 7,000 Federal IT investments and detailed data for nearly 800 of those investments that agencies classify as "major". The performance data used to track the 800 major IT investments is based on milestone information displayed in agency reports to OMB called "Exhibit 300s". Agency CIOs are responsible for evaluating and updating select data on a monthly basis, which is accomplished through interfaces provided on the website.

Data.gov Program Management Office
created Feb 18, 2011
updated May 11, 2011

Activity

Community Rating	★★★★★
Your Rating	★★★★★
Raters	0
Visits	960
Downloads	871
Comments	0
Contributors	0

DATA.GOV

Home | About | FAQ | Contact Info | Data Policy | Accessibility | Privacy Policy | Sitemap

Figura-7 Desempenho de Investimentos em TI
Fonte: www.data.gov

2.1.3 Países Baixos

De acordo com o que é informado no próprio portal (www.cbs.nl), o “Statistics Netherlands” é responsável pelo recolhimento e processamento de dados, a fim de publicar estatísticas para serem usadas na prática, por decisores políticos e para a investigação científica.

Todos os dados do portal CBS vêm do governo holandês e de organizações financiadas pelo governo. Embora seja um órgão autônomo com personalidade jurídica, é do Ministro de Economia holandês a responsabilidade pela criação e manutenção de um sistema para a prestação de informação estatística do governo; o ministro é politicamente responsável pela legislação e orçamento, para a criação de condições para uma produção independente e pública de alta qualidade e estatísticas confiáveis.

A figura-8 mostra a página inicial do portal holandês e na figura-9 temos a informação dos gastos do governo com educação:

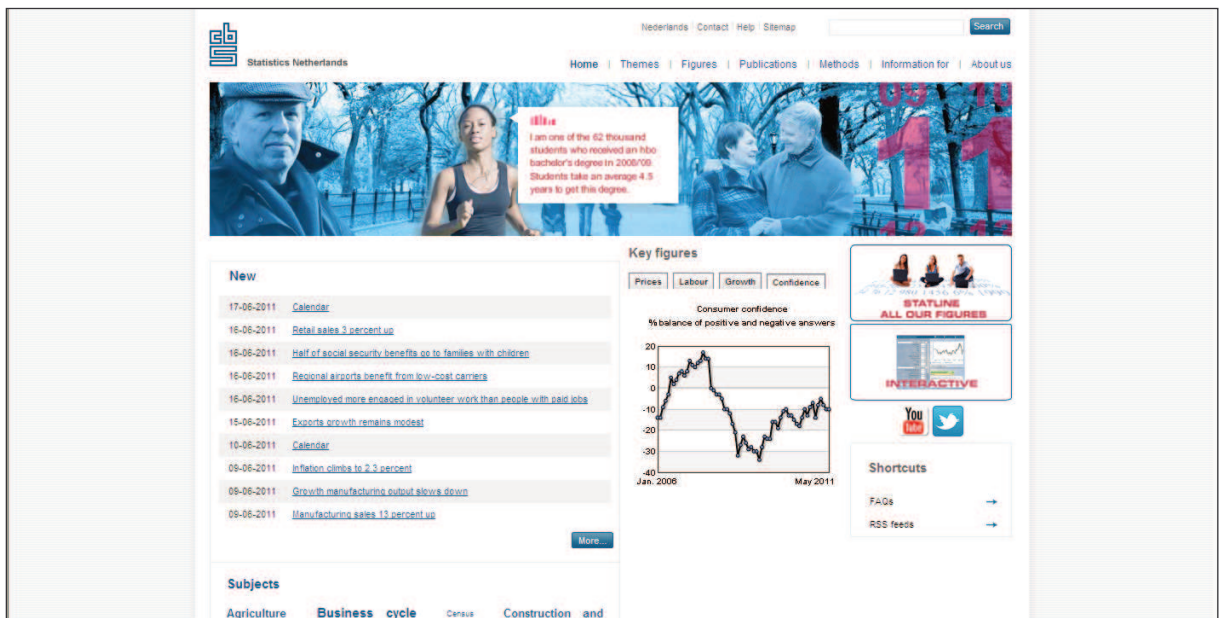


Figura-8 Página Inicial do Portal do Escritório Central de Estatísticas Holandês
Fonte: www.cbs.nl

Note que neste exemplo, uma série histórica com cerca de cem anos é disponibilizada no portal.

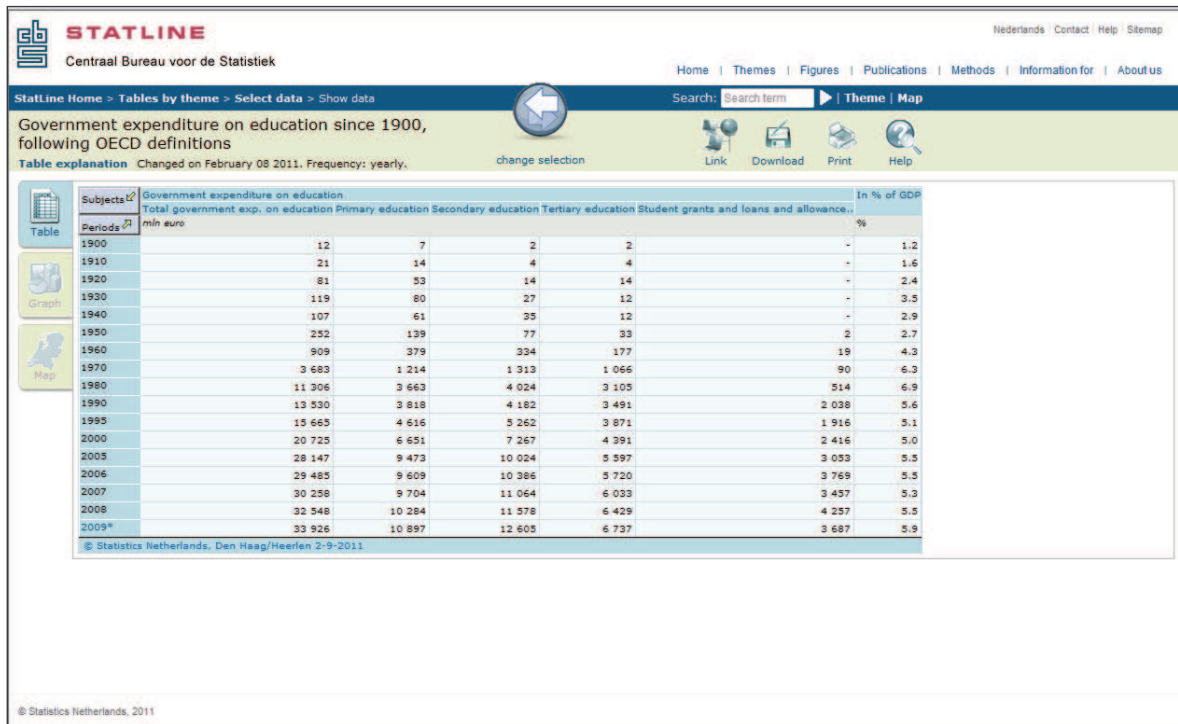


Figura-9 Gastos com Educação do governo Holandês
Fonte: www.cbs.nl

2.2 DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

Esse capítulo apresenta exemplos de portais de transparência no Brasil. Foram escolhidos três portais: o Portal de Transparência Federal pelo fato do mesmo possuir melhor pontuação no Ranking de Transparência; o portal do Estado de São Paulo pois é o melhor posicionado entre os portais estaduais e o Portal de Transparência do Rio Grande do Sul devido ao mesmo ser objeto desta pesquisa.

2.2.1 Portal da Transparência Federal

De acordo com o Ranking de Índice de Transparência, o portal do Executivo Federal é o portal brasileiro que mais atende à legislação vigente. Do ponto de vista do cidadão/usuário de informações, é de navegação fácil na maioria dos tópicos, e em muitos casos, encontram-se informações detalhadas, ao nível de cidades ou mesmo servidores públicos.

Na figura-10, abaixo, vemos a página inicial do portal de transparência

Figura-10 Página Inicial do Portal do Executivo Federal
Fonte: www.transparencia.gov.br

2.2.2 Portal da Transparência do Estado de São Paulo

Lançado em 18/01/2011, o portal Governo Aberto SP é uma iniciativa pioneira no Brasil. De acordo com as declarações do governador de São Paulo, o portal deve proporcionar uma maior interação com o cidadão, com as empresas e também com o terceiro setor, pois eles poderão usar as informações dos diversos órgãos da administração estadual na geração de novas informações e aplicações.

Porém, ao olharmos mais detalhadamente o portal, constatamos que para conseguir a cópia de alguma base de dados ou informações, o usuário interessado deverá concordar com regras estabelecidas, comprometendo-se a divulgar e cadastrar os produtos gerados com o uso das informações de dados disponibilizados pelo governo.

Abaixo, temos a página inicial do portal Governo Aberto SP.



Figura-11 Página Inicial do Portal Governo Aberto SP
Fonte: www.governoaberto.sp.gov.br

Assim que é decidida qual a base de dados que será acessada, o usuário deve concordar com a Política de acesso. Caso o usuário não concorde, a opção do download não é disponibilizada, retornando a página de detalhamento da base de dados. Abaixo, ilustramos este relato nas figuras 12 e 13:

Portal do Governo | Cidade SP | Investe SP | Destaques: [] OK

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
CADA VEZ MELHOR

Portal Governo Aberto - Estado de São Paulo
bases de dados para a sociedade

Busca: [] OK | Consultar Bases

Bem Vindo(a), Visitante | Logar

Home | Bases e Produtos | Regras de Utilização | Prestando Contas | Contato | Área Administrativa

Detalhes da Base de Dados

Secretaria: Secretaria de Economia e Planejamento - Sede
 Órgão: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade
 Base de Dados: Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo - Piep

Resumo

Descrição: Anúncios de investimentos produtivos privados ou de empresas estatais, divulgados nos principais meios de comunicação, segundo localidade (município ou região), valor, país de origem do capital, setor de atividade econômica e tipo (implantação de novas unidades, ampliação e modernização de plantas e P&D).

Período do Dado: 1998 - 2008
 Tema: Investimentos Anunciados
 Periodicidade: Anual
 Formato dos Arquivos: txt

Cobertura

Unidade de Análise: Investimento
 Granularidade: Municípios do Estado de São Paulo; atividade econômica; país de origem; tipo de investimento; período de investimento
 Cobertura Geográfica: Estado de São Paulo

Documentação

Download dos Dados: [Download]
 Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade

Figura-12 Pesquisa de Investimentos Anunciados
 (Secretaria de Economia e Planejamento)
 Fonte: www.governoaberto.sp.gov.br

Portal do Governo | Cidade SP | Investe SP | Destaques: [] OK

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
CADA VEZ MELHOR

Portal Governo Aberto - Estado de São Paulo
bases de dados para a sociedade

Busca: [] OK | Consultar Bases

Bem Vindo(a), Visitante | Logar

Home | Bases e Produtos | Regras de Utilização | Prestando Contas | Contato | Área Administrativa

Políticas de acesso

Tem certeza que não deseja se **cadast**rar?

Políticas de acesso:

Governo Aberto SP
Regras para utilização dos serviços do Governo Aberto SP.

- 1. Quem pode acessar as informações e dados públicos disponibilizados pelo Governo Aberto SP.**
Qualquer pessoa física ou jurídica pode ter acesso aos serviços de disponibilização de informações e de dados públicos por meio do Governo Aberto SP.
- 2. Restrições ao uso dos dados disponibilizados.**
Os dados fornecidos por meio do Governo Aberto SP são públicos e, por isso, disponibilizados como serviço público estadual. O Governo Aberto SP não estabelece restrições específicas relativas ao uso dos dados que, portanto, é livre para toda finalidade ou atividade, no limite das restrições.

[Aceito] [Não Aceito]

[Download]

Figura-13 Concordância com a Política de Uso do Portal Governo Aberto SP
 Fonte: www.governoaberto.sp.gov.br

2.2.3 Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul

Analisando o Portal Transparência RS (<http://www.transparencia.rs.gov.br>), verificou-se que o mesmo possui algumas informações que podem ser do interesse público, porém, apresentadas de uma forma muito limitada, de modo que não atendem aos requisitos relacionados pelo OpenGovData.org.

Para exemplificar a limitação imposta no portal, abaixo segue a seqüência de telas, mostradas nas figuras de número 14 a 20, pelas quais é necessário navegar para obter a informação sobre a receita decorrente do ICMS. Nenhuma informação durante todo o tempo de navegação é disponibilizada de forma aberta.

Primeiro, o usuário deve escolher qual o objeto de pesquisa ou análise:



Figura 14: Página Inicial do Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul
Fonte: www.transparencia.rs.gov.br

Após escolhido qual o item que será alvo de análise ou pesquisa, há ainda outra opção de escolha:

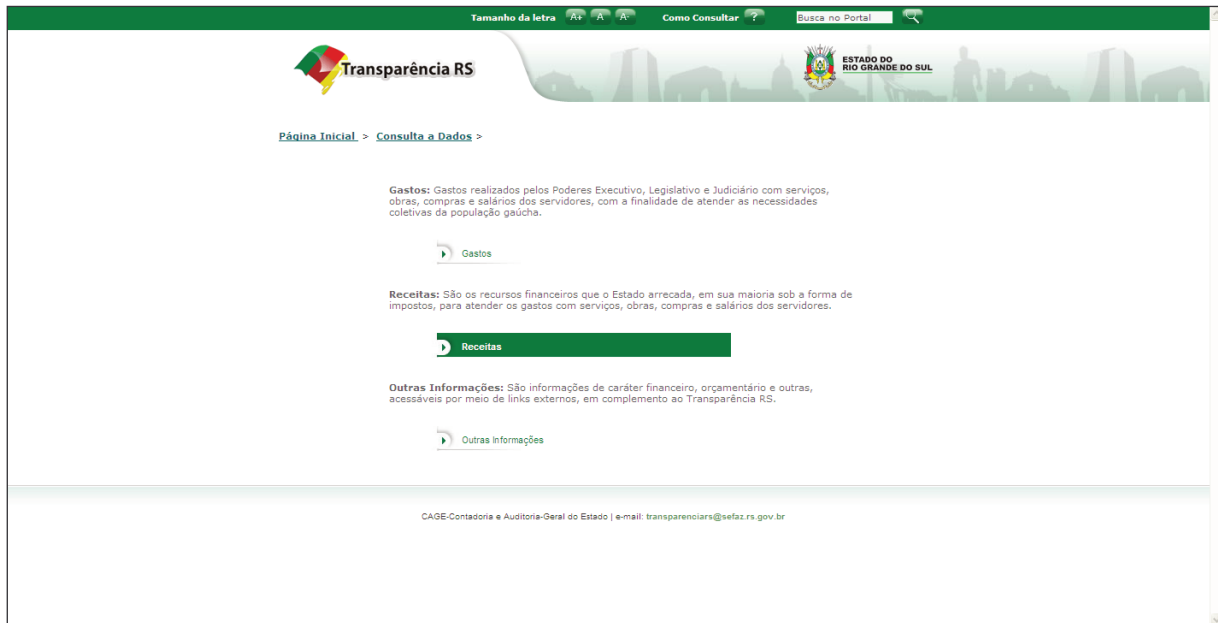


Figura-15 Tipos de Receita
Fonte: www.transparencia.rs.gov.br

Agora é necessário que o usuário saiba que tipo de receita (há uma breve explicação na página) e qual o órgão responsável por essa receita (ICMS)

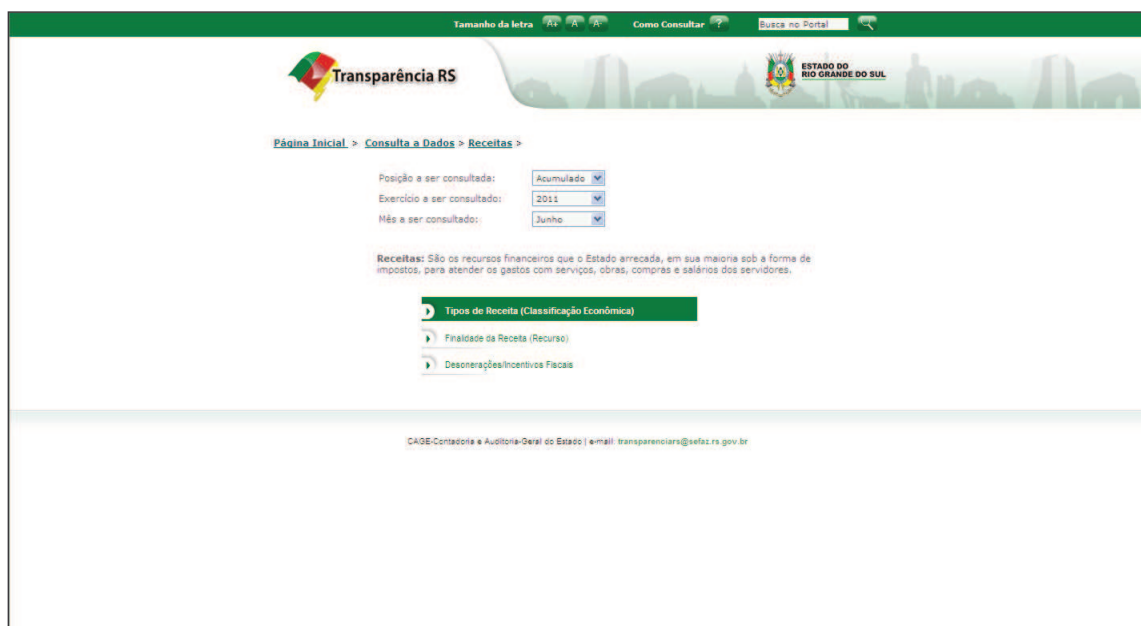


Figura-16 Escolha do tipo de receita a ser pesquisado
Fonte: www.transparencia.rs.gov.br

Tamanho da letra Como Consultar Busca no Portal

Transparência RS

[Página Inicial](#) > [Consulta a Dados](#) > [Receitas](#) > Poder

Tipos de Receita (Classificação Econômica)

Total Arrecadado de janeiro a junho de 2011 R\$ 14.528.284.125,97

Poder	Valor (R\$)
ESTADO	14.528.284.125,97
PODER EXECUTIVO	14.368.007.531,96
POR ORGAO	14.368.007.531,96
PODER LEGISLATIVO	213.465,48
PODER JUDICIARIO	150.098.441,94
POR ORGAO	150.098.441,94
DEFENSORIA PUBLICA	1.868,67
MINISTERIO PUBLICO	9.060.398,07
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	904.319,65

Dados atualizados até 13/06/2011

CAGE-Contadoria e Auditoria-Geral do Estado | e-mail: transparencia@sefaz.rs.gov.br

Figura-17: Escolha do Órgão estadual responsável pela receita (ICMS)
Fonte: www.transparencia.rs.gov.br

Para alcançar a informação desejada, após passar por cinco telas, ainda serão necessárias mais três telas para se obter a informação referente ao total do ICMS arrecadado. Conforme mostram as figuras-18,19 e 20.

Tamanho da letra Como Consultar Busca no Portal

Transparência RS

[Página Inicial](#) > [Consulta a Dados](#) > [Receitas](#) > Poder > Órgão

Tipos de Receita (Classificação Econômica)

Total Arrecadado de janeiro a junho de 2011 R\$ 14.528.284.125,97
Poder > POR ORGAO R\$ 14.368.007.531,96

Caso queira ordenar os dados, clique nos títulos das colunas correspondentes.

Sector	Órgão	Valor (R\$)
DIRETA	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E AGRONEGOCIO	9.485.419,35
DIRETA	SECRETARIA DA CULTURA	698.509,52
DIRETA	SECRETARIA DA EDUCACAO	34.127,98
DIRETA	SECRETARIA DA FAZENDA	10.541.337.655,60
DIRETA	SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	19.583.901,33
DIRETA	SECRETARIA DE HABITACAO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO	180.428,65
DIRETA	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	10.065.247,26
DIRETA	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	164.720,69
DIRETA	SECRETARIA ESTADUAL DA SAUDE	383.033.631,23
AUTARQUIAS	SUPERINTENDENCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	2.902.821,40

Busca: Órgão

Primeira Anterior **Página 4/5** Próxima Última Ir para página:

Dados atualizados até 13/06/2011

CAGE-Contadoria e Auditoria-Geral do Estado | e-mail: transparencia@sefaz.rs.gov.br

Figura-18 Órgão escolhido – Secretaria da Fazenda
Fonte: www.transparencia.rs.gov.br

[Página Inicial](#) > [Consulta a Dados](#) > [Receitas](#) > [Poder](#) > [Órgão](#) > Tipo de Receita

Tipos de Receita (Classificação Econômica)

Total Arrecadado de janeiro a junho de 2011 R\$ 14.528.284.125,97
 Poder > POR ORGAO R\$ 14.368.007.531,96
 Órgão > SECRETARIA DA FAZENDA R\$ 10.541.337.655,60

Caso queira ordenar os dados, clique nos títulos das colunas correspondentes.

Categoria Econômica	Fonte	Tipo	Valor (R\$)
RECEITAS DE CAPITAL	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	1.381.698,19
RECEITAS DE CAPITAL	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	2.041.940,40
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTARIA	-8.100.593,20
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO	-163.516.676,03
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DOS IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	-1.199.024.652,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DOS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	-107.131.091,75
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	-8.139.175,72
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE MULTAS E JUROS DE MORA DE TRIBUTOS	-8.192.002,84
RECEITAS CORRENTES	IMPOSTOS	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	7.999.796.971,60
RECEITAS CORRENTES	IMPOSTOS	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	1.343.738.609,97

Busca: Tipo

Primeira Anterior **Página 1/5** Próxima Última Ir para página: OK

Dados atualizados até 13/06/2011

Figura-19 Total arrecadado de ICMS
 Fonte: www.transparencia.rs.gov.br

Tamanho da letra Como Consultar Busca no Portal

[Página Inicial](#) > [Consulta a Dados](#) > [Receitas](#) > [Poder](#) > [Órgão](#) > [Tipo de Receita](#) > Especificação

Tipos de Receita (Classificação Econômica)

Total Arrecadado de janeiro a junho de 2011 R\$ 14.528.284.125,97
 Poder > POR ORGAO R\$ 14.368.007.531,96
 Órgão > SECRETARIA DA FAZENDA R\$ 10.541.337.655,60
 Tipo de Receita > IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO R\$ 7.999.796.971,60

Caso queira ordenar os dados, clique nos títulos das colunas correspondentes.

Tipo	Especificação	Valor (R\$)
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES	7.999.796.971,60

Dados atualizados até 13/06/2011

CAGE-Contadoria e Auditoria-Geral do Estado | e-mail: transparenciars@sefaz.rs.gov.br

Figura-20 Total Arrecadado de ICMS (Subconta)
 Fonte: www.transparencia.rs.gov.br

Do ponto de vista do usuário/cidadão/contribuinte, o portal não oferece muitas facilidades para navegação; será que um usuário que não está acostumado com termos técnicos, vai conseguir encontrar a informação desejada? Quais são as chances desse usuário desistir da pesquisa?

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Nesse capítulo serão descritos quais os métodos e procedimentos escolhidos para desenvolver essa pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O Estudo de Caso foi o método escolhido para a realização desta pesquisa, pois ele possibilita a análise profunda de um objeto em contextos reais (Robert Yin, 1994). O tipo de estratégia de pesquisa utilizada foi descritiva, que é o tipo de pesquisa que visa informar o pesquisador sobre fatos, opiniões ou comportamentos.

Esta pesquisa visa encontrar que ações poderiam ser tomadas a fim de que o portal de transparência do Rio Grande do Sul possa obter uma melhor colocação no ranking de transparência nacional, utilizando-se do conceito de dados abertos, visto que atualmente, por exemplo, os dados financeiros disponíveis no portal estão em formato pdf, ou seja, sem possibilidade de manipulação e também visando atender os requisitos pré-estabelecidos pelo projeto Índice de Transparência.

Espera-se ao final desta pesquisa, que o conhecimento adquirido a cerca dos Dados Abertos e do método de avaliação de transparência no Brasil, gere sugestões relevantes para serem aplicadas ao portal gaúcho, levando o mesmo a alcançar uma posição de excelência no que tange a transparência de dados em nosso país.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE AMOSTRA

Este estudo de caso foi feita junto ao site do Portal de Transparência do estado do Rio Grande Do Sul.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para coletar os dados desta pesquisa utilizaram-se as seguintes técnicas de coleta de dados:

- Aquisição do conhecimento: o conhecimento obtido neste trabalho deu-se através de pesquisa feita na internet, em diversos portais mundiais, conhecendo as melhores práticas em dados abertos, *benchmarking*, análise de *cases* de sucesso, blogs, fóruns de discussão. Até o momento a maior parte da informação disponível sobre o assunto “Dados Abertos”, encontra-se na internet e não em livros publicados.
- Pesquisa e Análise de Documentos: uso de relatórios emitidos pelo Índice de Transparência, por ocasião da avaliação dos portais de transparência brasileiros e informações obtidas do Manual dos Dados Abertos: Governos.
- Entrevista: o responsável pelas informações financeiras disponíveis no portal de transparência gaúcho e coordenador do Comitê de Transparência do Estado, Sr. Edegar Castaman, concedeu uma entrevista para este estudo no mês de agosto. A mesma ocorreu na Secretaria da Fazenda do Estado após a análise do relatório emitido pelo portal do Índice de Transparência. Os assuntos abordados na entrevista foram os dados abertos, índice de transparência, ações de melhoria e sobre o portal em si. O conteúdo completo da entrevista encontra-se no Anexo-1.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A leitura de todo material obtido na internet, através de fóruns de discussão, blogs especializados no assunto ou boletins eletrônicos, foi o ponto de partida para a obtenção do conhecimento dos Dados Abertos e transparência no governo. Após o nivelamento dos conceitos de Dados Abertos, posteriormente aplicou-se de forma experimental o conceito aprendido, o que gerou um comparativo entre os portais segundo o conceito estabelecido mundialmente e a legislação vigente.

O próximo passo foi a análise dos relatórios emitidos pelo portal Índice de Transparência a fim de entendermos em profundidade os três requisitos que fazem parte da avaliação realizada. Com base nesses relatórios, foi possível criar quadros comparativos, de maneira a facilitar a análise de quais pontos são passíveis de melhoria.

A última parte desta pesquisa foi a entrevista feita com a pessoa responsável pela divulgação das informações financeiras no portal da transparência gaúcho

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA DO RANKING DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

Para fins de entendimento, abaixo segue a metodologia descrita por Ciro Biderman e Giulia Puttomatti, da Fundação Getúlio Vargas, utilizada pelo portal www.indicedetransparencia.org.br, para a avaliação dos portais de governo do Brasil.

O Índice de Transparência

O projeto tem como escopo o desenvolvimento de parâmetros de transparência orçamentária e métodos de avaliação objetivos, para a criação de índices relativos às unidades da federação. A seleção dos índices de transparência orçamentária leva em consideração pesquisas sobre parâmetros já adotados com base em metodologias existentes, no País e no exterior.

Com base nos parâmetros técnicos escolhidos, foram criados três índices:

- A) O Índice de Transparência dos Municípios (ITM)
- B) O Índice de Transparência dos Estados (ITE)
- C) O Índice de Transparência da União (ITU)

A compilação dos índices dos Municípios e dos Estados permite a criação de um “ranking”, classificando as unidades da federação com maior ou menor grau de transparência.

Ao mesmo tempo foi criado ainda um terceiro índice específico para a União, em um primeiro momento somente abrangendo o Poder Executivo Federal.

4.1.2 Parâmetros de Transparência Orçamentária

Considerando os termos da Lei Complementar 131, bem como os critérios estabelecidos pelo Comitê de Transparência, são considerados transparentes, sob o ponto de vista da transparência orçamentária, os entes federativos que possuem sites com as seguintes características:

Conteúdo – Pontuação máxima: 1.650, representando 60% do Índice.

Disponibilização de todas as fases da execução orçamentária, detalhamento da arrecadação, fácil acesso às classificações orçamentárias e ampla divulgação de processos licitatórios, convênios, contratos e informações sobre os servidores públicos.

Compreende a fase de Execução Orçamentária os seguintes itens: dotação inicial (orçamento aprovado, sem remanejamentos), dotação autorizada (orçamento atualizado, incluindo créditos adicionais), valores empenhados (reserva em orçamento), valores liquidados (reconhecimento do serviço prestado ou da entrega do bem), restos a pagar pagos (pagamentos referentes a despesas contraídas em anos anteriores) e restos a pagar a pagar (dívidas de anos anteriores e ainda não quitadas), valores pagos (fase em que a administração pública quita o débito contraído no exercício vigente) e o total desembolsado (valor global desembolsado, incluindo os valores pagos com o orçamento do exercício, acrescidos dos restos a pagar pagos).

Compreende a Classificação Orçamentária os seguintes itens: o órgão e a unidade gestora responsável pela despesa, a função (setor da despesa – ex: educação, transporte, saúde), subfunção (subdivisão da função – ex: assistência hospitalar, vigilância sanitária), programa (instrumento de organização da ação governamental, que visa alcançar os objetivos pretendidos), ação (conjunto de

operações do qual resulta um produto – bem ou serviço – ofertado à sociedade), o subtítulo (localizador do gasto), categoria econômica (despesa corrente ou de capital), natureza da despesa (ex: investimentos, pessoal), modalidade de aplicação (ex: aplicação direta, entidade privada sem fins lucrativos, órgão público municipal), elemento (que define a natureza do gasto – ex: material de consumo, obras, imóveis), subelemento (ex; material de copa e cozinha, combustível, alimentos e bebidas) e fonte de recurso (ex: indenizações, royalties, contribuições sociais).

Compreende a Receita orçamentária os seguintes itens: órgão ou unidade gestora arrecadadora, origem da receita, tipo de receita, valor da previsão e valor arrecadado.

Compreende Contratos os seguintes itens: unidade gestora contratante, razão social da contratada, data de publicação, vigência, valor contratado, objeto, número do contrato, programa de trabalho, natureza da despesa e empenho.

Compreende Convênios os seguintes itens: número do convênio, órgão concedente e conveniente, responsável concedente e conveniente, data da celebração e publicação, vigência, objeto, justificativa, situação (adimplente/inadimplente/concluído) e valores transferidos, da contrapartida e total pactuado.

Compreende o Detalhamento de Pessoal os seguintes itens; relação completa de cargos e funções, além da remuneração por posto de trabalho e salários.

Série Histórica e frequência de atualização – Pontuação máxima: 200, representando 7% do Índice:

Compreende a disponibilização de séries históricas (entre um e cinco anos) e Maior frequência possível na atualização das informações disponibilizadas (diária, semanal, mensal, etc.).

Usabilidade – Pontuação máxima: 900, representando 33% do Índice.

Possibilidades de download dos dados para tratamentos específicos e comparações estatísticas,

Possibilidade de consultas em diversas periodicidades (mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual) e Interação com os usuários, tornando possível o esclarecimento de eventuais dúvidas, por meio dos seguintes instrumentos: manual de navegação, glossário, perguntas freqüentes e fale conosco por telefone e e-mail.

4.1.3 Cálculo do Índice de Transparência

Á partir da somatória da pontuação de cada subitem dos três componentes, Conteúdo, Séries Históricas e Freqüência de Atualização e Usabilidade tem-se as seguintes ponderações máximas:

C = Conteúdo, cuja pontuação máxima = 1.650 pontos (60% do total)

SH = Série Histórica e Freqüência de Atualização, cuja pontuação máxima = 200 pontos (7% do total)

U = Usabilidade, cuja pontuação máxima = 900 pontos (33% do total)

$C_{\text{máx}} + SH_{\text{máx}} + U_{\text{máx}} = 2.750$ pontos (100%)

ou, em termos percentuais (Índice de Transparência)

$C_{\text{max}} + SH_{\text{max}} + U_{\text{max}} = 1$

Em termos mais formais o índice pode ser definido como:

$$IT = \sum_{i=1}^{15} p_i w_i$$

Onde IT representa o Índice da Transparência, p_i é a nota obtida no item i (por exemplo, 50 pontos no item 1.1) e w_i é um fator de ponderação determinado pela pontuação máxima do item. Ou seja, o w_i do fator 1.1 será 0,04; do fator 1.2 será 0,20; e assim por diante.

4.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

No sítio eletrônico www.portaldatransparencia.org.br estão disponibilizadas as análises de todos os portais de governo no Brasil, permitindo que sejam acompanhadas as avaliações dos parâmetros fixados para estabelecer o ranking. O gráfico abaixo apresenta as notas atribuídas aos dez melhores portais de governo estadual.

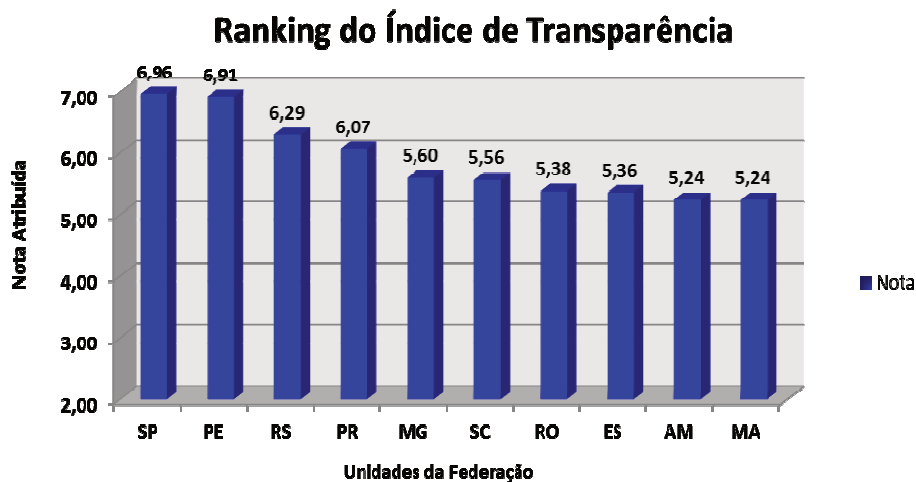


Gráfico-1: Ranking Índice de Transparência: Os primeiros colocados
Fonte: www.indicedetransparencia.org.br

O portal do governo Federal pode ser utilizado como referencial para os portais dos demais entes públicos da federação, pois é o portal com maior nota, segundo a avaliação do *Ranking* de Transparência.

Tabela-3 Pontuação Alcançada pelo Portal Federal

EXECUTIVO FEDERAL			
Temas / Parâmetros	Pontuação Máxima	Pontuação Recebida	%
1. CONTEÚDO	1650	1430	86,67
2. SÉRIE HISTÓRICA E FREQUÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO	200	200	100,00
3. USABILIDADE	900	450	50,00
Pontuação Total	2750	2080	75,64

Abaixo, resumidamente, com dados disponibilizados no próprio portal, foi montada uma tabela comparativa entre os três primeiros Estados do *Ranking* de Transparência:

Tabela-4: Tabela Comparativa Ranking Transparência

OS TRÊS PRIMEIROS ESTADOS							
Temas / Parâmetros	Pontuação Máxima	RS	%	SP	%	PE	%
1. CONTEÚDO	1650	1030	62,42	1205	73,03	1070	64,85
2. SÉRIE HISTÓRICA E FREQUÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO	200	160	80,00	200	100,00	180	90,00
3. USABILIDADE	900	540	60,00	510	56,67	650	72,22
Pontuação Total	2750	1730	62,91	1915	69,64	1900	69,09

Fonte: www.indicedetransparencia.org.br

Diante do fato do portal de transparência do Rio Grande do Sul apresentar pontuação menor nos quesitos Conteúdo e Série Histórica, foi feita uma análise do relatório emitido á fim de encontrarmos exatamente quais são os itens que o portal não consegue atender.

Com o objetivo de visualizar o resultado dos relatórios emitidos, foi criada uma tabela, com base nas informações contidas neles. Abaixo segue a tabela-4, onde foram comparados os resultados alcançados pelos portais do Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco:

Tabela-5: Tabela Análise Comparativa dos Relatórios Emitidos pelo Índice de Transparência

PARÂMETROS \ ESTADO (PORTAL)	RS	SP	PE
CONTEÚDO			
Fases da execução orçamentária	AA	AA	AP
Execução Orçamentária	AA	AA	AP
Classificação Orçamentária	AA	AA	AA
Receita orçamentária	AA	AA	AA
Contratos	AP	AP	AP
Convênios	NA	AP	AP
Detalhamento de Pessoal	AP	AP	AP
SÉRIE HISTÓRICA E FREQUENCIA DE ATUALIZAÇÃO			
Disponibilização de Séries Históricas (*)	AA	AA	AA
Atualização	Diária	Diária	Semana
USABILIDADE			
Possibilidades de download	NA	NA	NA
Possibilidade de consultas (periodicidades)	AA	AP	AA
Interação com os usuários	AP	AP	AA

AA – Atende plenamente; AP – Atende parcialmente; NA – Não atende

Analisando a tabela acima, concluí-se que o fato do portal gaúcho não apresentar informação alguma sobre os convênios celebrados pelo governo do estado, contribui de maneira negativa e significativa na apresentação dos dados governamentais ao público.

Outro ponto negativo é que, embora o portal gaúcho apresente a atualização diária dos seus dados, a disponibilização de séries históricas é inferior às que estão disponíveis no portal de transparência do Estado de São Paulo e de Pernambuco; no portal do Estado de São Paulo, os dados disponíveis datam do ano de 1998; os dados do portal de Pernambuco datam do ano de 2002 e o portal gaúcho, disponibiliza os dados a partir do ano de 2008.

A tabela apresenta os resultados da avaliação realizada até julho de 2010; na época, os três portais de governo comparados neste trabalho, não ofereciam a opção de *download* completo do banco de dados.

Observa-se que o portal do governo do Estado de São Paulo, já conta com a opção de download, porém, conforme descrito no início deste trabalho, a base de

dados manipulável somente pode ser obtida após o aceite dos termos do fornecimento.

Quanto ao portal do governo do Estado de Pernambuco, também já é possível a opção de *download* de receitas e despesas para alguns órgãos estaduais, sem a necessidade de um aceite por parte do usuário. Porém, as informações são apresentadas em arquivos “.pdf”.

O portal gaúcho também passou a oferecer a opção de *downloads* no formato “.pdf” para algumas informações financeiras, como por exemplo, “Relatórios de Execução Orçamentária”, mas a grande maioria das informações prestadas está disponível somente para consulta online, ou seja, a mera informação, já que o usuário não pode manipular os dados em algum aplicativo de banco de dados.

Observa-se que a metodologia criada e adotada pelo *Ranking*, para a avaliação dos portais de governo brasileiros, vai de encontro aos requisitos que são usados para avaliar se um dado é aberto ou não de acordo com o grupo *Opengovdata.org* e o *W3C*.

4.3 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA

O Sr. Edegar Castaman, coordenador do portal de transparência gaúcho, concedeu entrevista para esta pesquisa.

De acordo com o coordenador, o ranking do Índice de Transparência é utilizado com uma ferramenta para melhorar a qualidade das informações no portal. Após a emissão do relatório da avaliação feita pela ONG, foram tomadas providências para que os alguns requisitos considerados mais imediatos e que não requerem autorização de outros gestores, pudessem ser atendidos, como por exemplo, a divulgação do “Fale Conosco”.

Ficou evidenciado que já existe uma mobilização do portal junto aos gestores políticos que atuam na esfera estratégica do governo, com o intuito de que mais informações públicas sejam disponibilizadas à sociedade. Existe ainda, um pouco de resistência em liberar mais informações no portal, porém, observa-se que essa resistência não é exclusiva ao portal gaúcho; outros portais de governo no Brasil também apresentam dificuldades em obter ou publicar informações. De qualquer forma, à medida que houver o entendimento, por parte da esfera estratégica, de que os dados podem e devem ser publicados de forma aberta, o portal gaúcho já está preparado para atender as melhores práticas de dados abertos, sugeridas pelo W3C.

O coordenador também explica que o portal de transparência gaúcho possui uma peculiaridade: é um portal de ESTADO e não um portal do GOVERNO DO ESTADO. A diferença: um portal é considerado de Estado quando os três Poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário decidem juntos sobre o gerenciamento e conteúdo do portal. Nenhuma decisão é feita com base em apenas um poder. Já, um portal de Governo do Estado é um portal gerenciado somente pelo Governo.

O Governo do Estado, já há algum tempo, vêm elaborando programas junto à sociedade, para que os cidadãos entendam melhor o papel deles no Controle Social. É sabido que essa é uma ação de longo prazo, visando fortalecer a participação de todos.

Programas, como por exemplo, o de Educação Fiscal, visa fomentar uma mudança cultural, que provavelmente será percebida, de uma maneira marcante, na próxima geração de contribuintes/cidadãos.

Apesar do conceito de dados abertos ser um assunto recente no Brasil, observa-se o esforço que o portal gaúcho está fazendo para adotar as melhores práticas de dados abertos sugeridas pelo consórcio W3C, seguindo o mesmo caminho que outros portais de governo no mundo já fizeram.

O Governo tem um importante papel no contexto dos dados abertos, pois retém todas as informações que a sociedade tem o direito de acessar e, que podem contribuir para que o portal gaúcho consiga alcançar uma melhor posição no ranking

de transparência, podendo inclusive, ser referência no que tange aos dados abertos no país.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Diante dos dados expostos acima e da análise da entrevista com o Sr. Edemar Castaman, da Secretaria de Fazenda do Estado, foi possível traçar ações a serem aplicadas ao Portal de Transparência do RS, de modo que em uma próxima avaliação, o mesmo possa melhorar a sua posição no *ranking* ao mesmo tempo em que adota ao máximo a postura da transparência na prestação de contas à sociedade.

4.4.1 Ações Imediatas

- 1) Atender o critério Conteúdo, no que tange a divulgação dos Convênios firmados com o Governo do Estado: de acordo com a entrevista concedida para este trabalho, esta ação deverá estar sendo implementada dentro do mês de setembro de 2011.
- 2) Possibilitar ao usuário a opção de *download* da base de dados, de modo a atender o critério Usabilidade na íntegra. O *download* dos dados é a principal característica dos dados governamentais abertos, e se atendida, pode elevar o portal gaúcho ao patamar de excelência na transparência no *ranking*.
- 3) Complementar a parte que trata sobre os Contratos e Detalhamento de Pessoal. O item “Contratos”, até o momento do fechamento deste trabalho só apresentava informações referentes à “Licitações” e nenhuma informação quanto aos dados das empresas contratadas e os contratos celebrados. A previsão é de que este item seja divulgado por completo no mês de setembro de 2011.

4) Vincular salários aos nomes dos servidores. Somente o portal do estado do Paraná (quinto colocado no *ranking* geral, atrás do portal gaúcho) atendeu este item na primeira avaliação do *ranking*. De acordo com os avaliadores do *Ranking* de Transparência, o cumprimento deste item é signfica o máximo da transparência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi motivada pela busca de maiores esclarecimentos e conhecimentos sobre um tema que ainda é relativamente novo no Brasil: Dados Governamentais Abertos.

A questão central desse trabalho, “Como melhorar a colocação do Portal de Transparência do RS no *ranking* nacional” permitiu não apenas o estudo de um tema novo - Dados Abertos - como também possibilitou entender que a Tecnologia da Informação fortalece a interação entre governo e sociedade.

Recomenda-se a realização de algumas ações no futuro, á saber:

- 1) Melhorar o quesito “Série Histórica e Freqüência de Atualização”, inserindo dados mais antigos da administração pública. De acordo com entrevista concedida para este trabalho, já existe um banco de dados disponível com informações do ano de 2004, porém, não está aberto para o público.
- 2) Criar um grupo de trabalho com o objetivo de implementar a melhores práticas sugeridas pelo W3C, OpenDataGov e pela ONG Contas Abertas.
- 4) Propor á sociedade, através de campanhas e da divulgação do portal , a criação de ferramentas ou aplicativos web, á exemplo do que já ocorre em outros estados e países, que sejam de interesse da comunidade local.

A aplicação de todos os requisitos dos Dados Governamentais Abertos no portal de transparência gaúcho pode esbarrar em um ponto que se acredita, ser o mesmo na maioria dos portais de governo no país: a mudança na cultura local.

Não é a apenas a falta de conhecimento e tecnologia que impede um governo de ser justo para toda a sociedade, e sim, um comportamento cultural que provavelmente vêm se perpetuando ao longo do tempo: o descaso com questões de ordem pública, por parte de todos. Fazer uma prestação de contas deve ser uma atividade normal, bem como, assumir a responsabilidade por atos que não vão de

encontro à ética e a moralidade que se espera daqueles que exercem cargo ou função pública.

Depois de compreendidos os conceitos de Dados Abertos, Controle Social e também a metodologia do *Ranking* de Transparência, foi possível entender o quanto a aplicação destes conceitos são importantes para a construção, á longo prazo, de um governo que efetivamente vai cumprir o papel para o qual foi constituído.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O portal de transparência gaúcho serve para que o cidadão possa acompanhar a execução financeira do estado. A abertura e a disponibilidade das informações dependem de vários atores que são interessados e envolvidos com as mesmas.

Esta pesquisa contou o ponto de vista do gestor que cuida do portal em nível tático e com o benchmarking junto a outros portais de transparência. Por uma questão de tempo e custos, alguns atores significativos deste processo não foram abordados. Entende-se que as três ações abaixo poderiam trazer mais informações importantes para essa pesquisa:

- **Pesquisa junto aos gestores políticos:**

Essa pesquisa apresenta a entrevista com o Sr. Edemar Castaman, que opera no nível tático do portal de transparência gaúcho. Conforme informado por ele, muitas informações do portal passam pela avaliação de gestores políticos, que decidem o que deve ou não ser divulgado. Diante da informação dada, é importante procurar ouvir dos gestores políticos como é o processo utilizado por eles para avaliar o que deve ou não ser divulgado no portal.

- **Pesquisa junto á equipe operacional:**

Não foram ouvidas as pessoas que estão encarregadas da criação e manutenção do portal. É de conhecimento de todos que um sítio que não é atualizado pode causar o efeito inverso ao pretendido quando foi criado. É necessário entender quais são as dificuldades que podem ser enfrentadas pela equipe, processos e quais as atividades desenvolvidas para manter o portal de transparência atualizado e em contínua melhoria.

- **Avaliação da Satisfação da sociedade gaúcha com o Portal de Transparência:**

Para realizar uma pesquisa adequada junto à sociedade, seria necessário obter uma amostra significativa da população em diversas regiões do estado, que não somente a capital. Para isso seriam necessários: a contratação de um profissional ou empresa especializada neste tipo de demanda, recursos financeiros e também mais tempo para uma conclusão adequada desta pesquisa.

5.2 PESQUISAS FUTURAS

Com base nas limitações expostas anteriormente, sugere-se:

- Realizar pesquisa junto aos gestores políticos que atuam no nível estratégico do processo de divulgação de informações no portal, tal como o Governador ou o Contador Geral do Estado
- Realizar pesquisa junto ao pessoal que está envolvido com o desenvolvimento e manutenção do portal de transparência, a fim de saber e entender como funcionam os processos e procedimentos deles e também entender quais são as dificuldades técnicas que eles podem enfrentar.
- Pesquisar junto à sociedade gaúcha o quanto ela conhece o portal de transparência, traçando um perfil dos usuários.
- Avaliar o nível de satisfação da sociedade gaúcha com o portal, entendendo quais são os tipos de informações que ela julga ser importantes e se possível, verificar a existência de serviços criados a partir dos dados informados no portal.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGUEIREDO, Marcelo. **Revista Diálogo Jurídico**, vol. 9 de Dezembro de 2001.

SANTOS, José dos, FILHO, Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**, 20ª edição, Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2008.

FURTADO, Vasco. **Por uma nova visão sobre o uso da informação**. Revista Carta Capital. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-informacao-publica-sobre-crimes>>. Acesso em: 10 Ago. 2011.

JARAMILLO, Maria Isabel Meíja. Boletim da Organização dos Estados Americanos, nº 55 – **Governo Eletrônico e Abertura de Dados Governamentais**

EAVES, David. **The Three Laws of Open Government Data**. Canadá, 30 Set. 2009. Disponível em <<http://eaves.ca/2009/09/30/three-law-of-open-government-data/>>. Acesso em 30 Jun. 2011.

CRAIDE, Sabrina. **Transparência no Poder Público com o uso de dados abertos é debatida no último dia congresso sobre governo eletrônico**, Agência Brasil, 13 Mai. 2011. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-13/transparencia-no-poder-publico-com-uso-de-dados-abertos-e-debatida-no-ultimo-dia-congresso-sobre-gove>>. Acesso em 30 Jun. 2011

ENTENDENDO o projeto, 02 Jan. 2011. Disponível em <http://artigo19.org/infoedireitoseu/?page_id=677>. Acesso em 20 Jul.2011

Sítios

OPEN GOV DATA. Eight principles of open government data. Disponível em <http://www.opengovdata.org/home/8principles> >. Acesso em: 30 jun. 2011.

GOVERNO BRITÂNICO. Opening up Government. Disponível em <<http://data.gov.uk/>>. Acesso em 30 Jul.

STATISTICS NETHERLANDS (Países Baixos). Disponível em <<http://www.cbs.nl/en-GB/menu/home/default.htm>>. Acesso em 30 Jul. 2011

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. www.data.gov. Disponível em <<http://www.data.gov/>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

GOVERNO BRASILEIRO. Portal da Transparência do Governo. Disponível em <<http://www.transparencia.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO. Portal Governo Aberto SP. Disponível em <http://www.governoaberto.sp.gov.br/view/>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

GOVERNO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal da Transparência do Governo. Disponível em < <http://www.transparencia.rs.gov.br> Acesso em: 15 jul. 2011.

GOVERNO ESTADO DE PERNANBUCO. Portal da Transparência do Governo de Pernambuco. Disponível em < <http://www2.portaltransparencia.pe.gov.br/web/portaldatransparencia>>. Acesso em: 20 Ago. 2011

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. Wikipedia. Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Responsabilidade_Fiscal>. Acesso em 30 Jun. 2011.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/AreaPrevencaoCorrupcao/AreasAtuacao/TransparenciaPublica.asp>> Acesso em 30 Jun. 2011

W3C BRASIL. Disponível em <http://www.w3c.br/Home/WebHome>. Acesso em 30 Jun. 2011

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA . Disponível em <www.indicedetransparencia.org.br> Acesso em 30 Jun. 2011

ANEXO A – ENTREVISTA COM SR. EDEMAR CASTAMAN

Senhor Castaman, existe alguma pesquisa ou algum levantamento de quais dados são mais solicitados no Portal de Transparência do RS?

Edemar Castaman: *Não. O que nós temos é uma pesquisa de tráfego no portal, onde são indicados quantos acessos. Quando nós construímos o portal, a nossa principal preocupação era quanto á rapidez do site. A construção do site não levou em conta a possibilidade dessa estatística, sobre quais itens seriam os mais solicitados. Mas já temos o entendimento de que essa estatística, sobre os itens mais acessados, deveria existir, porém, por uma limitação na configuração atual do site, não temos no momento como obter essas informações. Hoje existem cerca de 17 mil acessos por mês no portal.*

Já existem serviços elaborados pela comunidade com base nos dados informados no Portal?

EC) *Não, atualmente não temos conhecimento de nenhum serviço criado pela comunidade aqui no Rio Grande do Sul com base nos dados do Portal. Em São Paulo, já é possível encontrar iniciativas dessa natureza, através de movimentos como o Transparência Hacker. Esse é um assunto muito novo no país. Á medida que mais pessoas foram se familiarizando com tema, provavelmente surgirão esses serviços elaborados pelo cidadão.*

Atualmente o portal de Transparência do RS não apresenta os dados abertos de acordo com os critérios informados pelo W3C. Porque esse padrão não é adotado?

EC) *Não, o portal realmente não apresenta. Falta um pouco de vontade política para colocarmos os dados abertos no padrão 3WC. A publicação das informações no formato aberto depende de autorização do governo. Em algum momento, isso vai ocorrer.*

Existe algum plano para que os dados disponibilizados pelo portal venham a atender os critérios do W3C?

EC) *Existe sim a intenção. Mas conforme explicado na resposta anterior, dependemos da autorização do governo. De qualquer forma, salientamos que já estamos maduros, já estamos preparados para esta etapa, a de disponibilizar os dados aberto no portal.*

Para o senhor, qual a importância da abertura do acesso às informações produzidas pela administração pública?

EC) *Estou totalmente convicto e seguro de que os dados são públicos, as informações pertencem à sociedade; o gestor público que faz qualquer coisa que não pode ser mostrada à sociedade, precisa abandonar o cargo; ele está gerindo uma empresa pública, que está sendo financiada pela sociedade, através dos impostos. Já ouviu falar em “accountability”? Accountability é a obrigação que o gestor público tem de prestar contas dos seus atos, pois ele está em um cargo que foi delegado à ela pela sociedade; só pelo fato dele estar ocupando o cargo, ele tem obrigação de prestar contas. Acredito que os dados abertos seriam o “estado da arte” da transparência a disponibilidade do banco de dados. É claro, existem determinadas informações que precisam ser preservadas, à fim de garantir a segurança de pessoas e a segurança também de operações. Mas, isso é a exceção.*

O senhor conhece o Índice de transparência bem como a metodologia utilizada por ele?

EC) *Sim, eu conheço. Esse índice foi criado pela ONG Contas Abertas, primeiro, valia para os municípios. Temos conhecimento da metodologia aplicada. Eles possuem aqueles três parâmetros, a Usabilidade, o Conteúdo e a Série histórica e Frequência de utilização. Na época em que fomos avaliados, nós não tínhamos o “Fale Conosco” no site. A parte de “Convênios” está entrando, provavelmente até o final do mês de setembro no portal.*

Quanto à Série Histórica, em nosso projeto inicial, os dados disponibilizados eram desde o ano 2004. Por questões políticas, foi decidido que as informações seriam disponibilizadas a partir do ano 2008. Se algum dia for decidido publicar os dados desde o ano de 2004, já estamos preparados: essas informações já estão no portal, só que o público, não consegue ver.

Apenas uma observação: o nosso portal, é um portal de ESTADO e não um portal do GOVERNO DO ESTADO. Qual a diferença? Um portal do Governo do Estado, é um portal em que o governo manda nele. Um portal de ESTADO, é um portal de todos os três poderes, onde os três poderes gerenciam esse portal. O governador não pode tomar uma decisão sobre o portal sozinho; ele precisa consultar os demais poderes.

Quais são as ações que estão sendo implementadas à fim de que seja melhorada a posição do Portal do RS no ranking?

EC) *Claro que sempre queremos melhorar a nossa posição no ranking; o ranking nos serve como crítica e percepção interna do que precisamos melhorar; O fato de já estarmos incluindo os “Convênios” é parte do esforço que estamos fazendo para melhorar a nossa posição. Disponibilizar downloads, os dados abertos (atendendo os critérios do W3C), gráficos, complementar a parte dos contratos são ações que gostaríamos de implementar no futuro.*

Senhor Castaman, poderia falar um pouco sobre quais os desafios futuros com relação ao portal de transparência gaúcho?

EC) *Entendo que o desafio é fazer com o que as pessoas se interessem e acessem cada vez mais o portal de transparência, de maneira que o Controle Social seja cada vez mais efetivo. Se não houver transparência com as questões públicas como as pessoas podem fazer o controle social? Com base em quê? Por outro lado, não adianta eu mostrar as informações para pessoas que não estão motivadas, interessadas. Para isso, temos o programa estadual de “Educação Fiscal”, aplicados nas escolas públicas. O programa visa mostrar à sociedade conhecimentos de administração pública e os benefícios dos impostos, despertando no cidadão o interesse em saber para onde vai o dinheiro arrecadado, fazendo uma conexão da relação sócio-econômica (“eu pago tributos, logo eu tenho direito”), acompanhando a aplicação do gasto público.*

O fato de existirem todos esses portais de transparência, não quer dizer muita coisa; é necessária uma mudança de mentalidade “do lado de cá” de quem disponibiliza as informações no portal.

Os portais, em geral, mostram o que “eu”, governo, quero, e por isso, surgiram os dados abertos; a verdadeira transparência são os dados abertos. Vamos fazer uma analogia com uma receita de bolo: eu coloco à disposição todos os componentes da minha “receita” na tigela e entrego para você: “tu és quem vai bater esse bolo”, tu és quem vai mexer, manipular e extrair. Eu não vou te dar o “bolo” pronto.

Também é importante salientarmos a falta de interesse da comunidade torna o processo mais lento.

Existe alguma possibilidade do portal oferecer download?

EC) *Sim, existe essa possibilidade, mas hoje, ainda não foi liberado. Existe a vontade de atendermos os critérios do W3C no que tange aos dados abertos*